

Agência JB

Os ambientalistas querem normas rígidas para a atuação das madeiras, mas a indústria não admite

## Confronto na Amazônia

■ Madeiras, ambientalistas e trabalhadores se acusam mutuamente em seminário

ALTINO MACHADO

RIO BRANCO — A capital do Acre sediou durante uma semana um seminário sobre a produção madeira e o desenvolvimento sustentado, que resultou em mais lenha na fogueira das discussões sobre a questão ambiental na Amazônia. Representantes das federações nacional e internacional de trabalhadores na construção em madeira se confrontaram durante três dias com representantes dos madeireiros por causa da utilização dos recursos florestais da região. Outra vez a polêmica BR-364, ligando o Acre ao Pacífico, dividiu madeireiros e as organizações ambientalistas.

Um extenso elenco de propostas de emergência foi preparado. A maioria das madeiras que atuam na Amazônia está legalmente constituída, mas na verdade são atravessadoras, acusam os ambientalistas, e não geram empregos. Os trabalhado-

res querem do governo uma definição de critérios para credenciamento das madeiras.

**Queixas** — “As empresas de pasta devem ser excluídas do credenciamento”, defende o presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Madeira, Edson Luís Bernardes. O presidente da Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Pará, Danilo Remor, não aceita interferência do governo, mas admite fiscalização. Segundo ele, a exploração predatória na Amazônia não pode ser imputada ao setor. “Temos procurado aperfeiçoar nossos métodos por conta própria, devido à ausência quase total de financiamentos, pesquisas e estudos sobre exploração sustentada”, argumenta.

Os madeireiros alegam que desde 1973 não exportam toras, e que o parque industrial foi aprimorado, tendo crescido o comércio de produtos beneficiados, com mais valor agregado, como compensados, molduras ou assoalhos. “Esse esforço é de um grupo de empresas que não é responsável pela devastação causada pelo garimpo indiscriminado, pelo corte raso das árvores ou pelas queimadas da agropecuária”, diz Remor.

## Procurador age e desperta ódio

RIO BRANCO — Queremos que a política florestal da Amazônia se aproxime mais da realidade, deixando de lado o radicalismo ecológico”, insiste o industrial Danilo Remor. Mas o Acre agora conta com um novo aliado na defesa do meio ambiente. Trata-se do procurador da República Luiz Francisco Fernandes de Souza, 33 anos, cujo trabalho reanimou a luta das organizações ambientalistas. Foi o suficiente para atrair o ódio dos madeireiros e do governador Orleir Cameli (PPR), cujo avião foi apreendido no aeroporto de Cumbica, em São Paulo, com 110 caixas de equipamentos procedentes de Miami sem guia de importação — justamente quando fazia pressões em Brasília para ver o procurador longe do Acre.

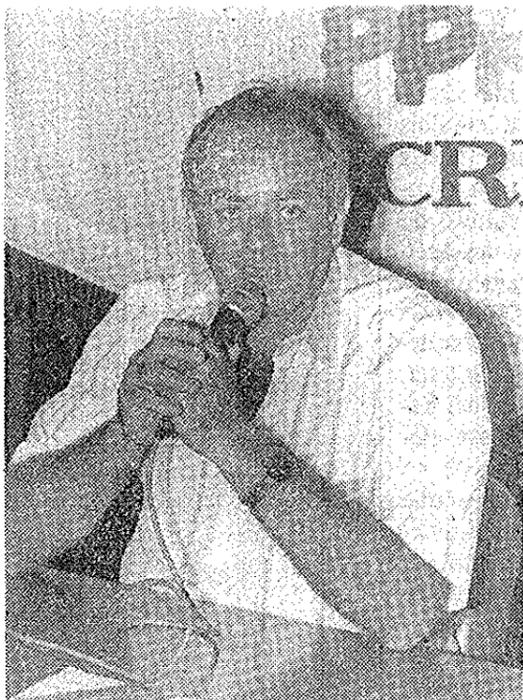
Cameli, um empreiteiro, sentiu-se ferido quando Souza requisitou do governo uma lista de 20 documentos que deveriam constar do processo de licitação para asfaltamento das BR-317 e BR-364, as duas rotas acreanas que levam à costa do Pacífico — principais metas do governo Cameli. “A requisi-

ção é de interesse público, e seu retardamento configura crime”, resumiu Souza. “Para responder, devo demorar dois anos e gastar 200 quilos de papel”, resmungou Cameli.

Os principais documentos requisitados são os estudos e relatórios de impacto ambiental (EIA e RIMA), os mais importantes na prevenção de danos ecológicos. “A rodovia não pode ser concebida em gabinete porque só beneficiaria empreiteiros e latifundiários”, justificou Souza. O procurador entende que progresso é também estrada, investimento social e ambiental: “Não vamos permitir que se limite a encher o bolso dos empreiteiros.”

O custo dos 1.040 quilômetros das duas estradas foi calculado em R\$ 500 milhões, mas o Acre não tem dinheiro, nem dotação da União para a obra. O resultado é o caos financeiro, que deixou servidores e centenas de fornecedores sem pagamento. “Que as estradas não tragam a morte”, sentenciou o procurador na abertura do seminário.

## Comitê Chico Mendes acusa governador



Cameli: beneficiado na concorrência da BR-174

RIO BRANCO — O Comitê Chico Mendes, formado por 35 entidades ligadas à luta de seringueiros, índios, colonos e trabalhadores urbanos dos municípios situados ao longo da BR-317 e da BR-364, divulgou manifesto sobre o asfaltamento das estradas. O Comitê é favorável às obras, desde que sejam precedidas de investimentos sociais e ambientais baseados num planejamento comunitário.

“Pode-se inferir que somente o asfaltamento das rodovias, fora de um projeto de desenvolvimento integrado para o Acre, não trará nenhum benefício, servindo somente para criar um corredor de exportação de matérias-primas, especialmente madeira, e importação de bugigangas da Ásia”, adverte o manifesto do Comitê Chico Mendes.

As entidades acusam a Marmud Cameli, empresa que tem o governador do Acre como sócio, de ter sido beneficiada em concorrência para o asfaltamento do primeiro trecho da BR-174, que liga Manaus a Boa Vista, enquanto a Capa (Construções e Pavimentação Ltda.), de propriedade de amigos do governador Amazonino Mendes, ganhou trecho de asfaltamento da BR-364, ligando Rio Branco ao município de Sena Madureira.

Cameli é acusado ainda de agressões ao meio ambiente e à organização dos trabalhadores rurais.